

# A escola multisseriada como serventia para a comunidade escolar Quilombola

*The multigrade school as a service to the Quilombola school community*

*Benedita Rosa da Costa*

## RESUMO

Este artigo problematiza a desvalorização, a invisibilidade e o fechamento de escolas multisseriadas pelo poder público em escolas quilombolas. O objetivo é apontar aspectos frequentemente negligenciados acerca da singularidade das escolas multisseriadas em determinados territórios, tais como espaço de conhecimento, de troca experiências e de socialização. E também a sua possibilidade de oportunizar vivências e preparação para a diversidade, para uma vida com qualidade e para a formação da cidadania. O ponto de partida das reflexões é a escola multisserida na comunidade remanescente de quilombo Tanque do Padre Pinhal em Poconé, Mato Grosso. Discutem-se aspectos sociológicos que indicam possibilidade de aderência das escolas multisseriadas em comunidades quilombolas. Tendo por base pressupostos metodológicos da História Oral, a pesquisa se utiliza de abordagens qualitativas sobre educação quilombola. Complementarmente, a análise de documentos, da legislação e das normas dessa modalidade educacional corroboram o crescente fechamento de escolas multisseriadas em comunidades quilombolas sem que alternativas educacionais sejam adequadamente oferecidas em conformidade com a legislação.

**Palavras-chave:** Quilombo; Educação Multisseriada; Políticas Públicas

## ABSTRACT

This article analyzes the devaluation, invisibility, and closure of multigrade schools by the public authorities, especially in Quilombola schools. The objective is to highlight aspects often neglected about the distinctive character of multigrade schools in certain territories, as a space for knowledge, exchange of experiences, and socialization; and their possibility of providing experiences and preparation for diversity, for a quality life, and for the formation of citizenship. The starting point was a multigrade school in the remnant community of Quilombo called Tanque do Padre Pinhal in Poconé, Mato Grosso, Brazil. Sociological aspects are discussed that indicate the possibility of the adhesion of multi-grade schools in Quilombo communities. Based on the methodological assumptions of Oral History, the research uses qualitative approaches to Quilombola Education. In addition, the analysis of documents, legislation, and norms suggests the increasing closure of multi-grade schools in Quilombola communities without adequately offering educational alternatives in compliance with legislation.

**Keywords:** Quilombola education; Multigrade schools; Public Policy Quilombo



## INFORMAÇÃO:

<https://doi.org/10.46652/pachav2i6.68>  
ISSN 2697-3677  
Vol. 2, No. 6, 2021. e21068  
Quito, Ecuador

Enviado em: Setembro 26, 2021  
Aceito: Novembro 29, 2021  
Publicado: Dezembro 03, 2021  
Publicação contínua  
Seção Geral | Revisado por pares



## AUTOR:

 *Benedita Rosa da Costa*

Universidade Federal de Mato Grosso - Brasil  
[beneditarosa.costa@gmail.com](mailto:beneditarosa.costa@gmail.com)

## Conflito de interesses

A autora declara que não há conflito de interesse.

## Financiamento

O artigo não é financiado.

## Agradecimento

agradecer a Comunidade Remanescente de Quilombo Tanque do Padre Pinhal de Poconé-MT.

ENTIDAD EDITORA



## 1. Introdução

A educação é um processo formativo e transformador, sempre esteve presente no quilombo através dos conhecimentos e dos saberes demonstrados pelos ancestrais e pelas pessoas mais velhas. Os costumes, as crenças e as tradições configuram-se como elementos educativos e acontecem pela educação informal que instigam, estimulam e motivam as pessoas a conhecerem, saberem e fazerem historicamente assentadas na ancestralidade, passada de geração para geração que faz presente na vida individual e coletiva.

O processo de escravidão foi dolorido e sangrento e trouxe consequências para os descendentes de africanos e afrodescendentes brasileiros, deixando uma herança de falta de acesso à escola, de falta de oportunidade e o analfabetismo. Segundo Silva “ao negro foi-lhe negada uma cidadania real mesmo após a abolição da escravatura” (2012, p. 5). Consequentemente o acesso a saúde, a educação, a moradia, ao esporte, ao lazer, a segurança, a justiça e o direito à terra se dá de modo desigual ou são negados. Os quilombolas da comunidade remanescente de quilombo Tanque do Padre Pinhal também são herdeiros e vivem essa dura realidade.

Os quilombolas de Tanque do Padre Pinhal sofrem com a desvalorização da escola multisseriada, a não importância e invisibilidade dela pelas pessoas, a sua exclusão pelo poder público e do fechamento. Esse problema, inquieta, incomoda e angustia. Por isso, este artigo traz discussões sobre a interessante, importante e relevante escola multisseriada para a comunidade escolar quilombola. Tem como objetivo apontar a escola multisseriada como um lugar de vida, de conhecimento, de troca de experiência, de ensinamentos, de encontros, de aprendizagem, de socialização, interação, integração, de oportunidade, de acesso, de transformação. Lugar que prepara para ter bem estar, qualidade de vida, cidadania. Assim, será percebido no decorrer deste artigo.

## 2. Caminho metodológico

Então a metodologia usada foi a História Oral porque ela “dar voz ao passado e leva à história e à memória a colaboração útil e pungente”. A metodologia é o caminho para realizar a pesquisa,

se teoria, método e técnicas são indispensáveis para a investigação social. A capacidade criadora e a experiência do pesquisador são papel importante. Elas podem relativizar o instrumental técnico e superá-lo pela arte. O que se denomina criatividade do pesquisador é algo difícil de se definir, uma vez que esta expressão se refere ao campo da história pessoal e da experiência subjetiva. [...] Essa criatividade do pesquisador corresponde a sua experiência reflexiva, a sua capacidade pessoal de análise e de síntese teórica, a sua memória intelectual, a seu nível de comprometimento com o objeto, a sua capacidade de exposição lógica e a seus interesses (Minayo, 2013, p. 45).

### 2.1. Técnica da pesquisa

Durante a pesquisa, no segundo momento, apoiou-se nas vivências, experiências, observações, narrativas e histórias memoráveis de uma moradora da comunidade remanescente de quilombo Tanque do Padre Pinhal e, no primeiro momento da pesquisa, apoiou-se aos moradores. Para a coleta de dados utilizou-se a observação participante, entrevistas semiestruturadas, caderno de campo, análise documental (Leis, Diretrizes, Parecer, Resoluções, Orientações Curriculares) e registros diversos sobre as práticas formativas da educação escolar quilombola. Usou também gravador de voz e imagem.

Se teoria, método e técnicas são indispensáveis para a investigação social. A capacidade criadora e a experiência do pesquisador são papel importante. Elas podem relativizar o instrumental técnico e superá-lo pela arte. O que se denomina criatividade do pesquisador é algo difícil de se definir, uma vez que esta expressão se refere ao campo da história pessoal e da experiência subjetiva. [...] Essa criatividade do pesquisador corresponde a sua experiência reflexiva, a sua capacidade pessoal de análise e de síntese teórica, a sua memória intelectual, a seu nível de comprometimento com o objeto, a sua capacidade de exposição lógica e a seus interesses (Minayo, 2013, p. 45).

## **2.2. Abordagem da pesquisa**

A pesquisa é de abordagem qualitativa porque:

são de natureza tal que tem menos probabilidade do que suas colegas quantitativas de serem explícitas sobre seus métodos. As situações de pesquisa qualitativa incentivam, exigem a improvisação, e muitos pesquisadores qualitativos sentem que suas soluções “ad hoc” para problemas de campo tem pouco valor fora da situação que as evocou [...]. Mas os métodos qualitativos não são tão diferentes dos métodos quantitativos quanto pensam comumente os sociólogos. Os mesmos princípios subjacentes se aplicam a ambas as maneiras de trabalhar (Becker, 1997, p.14).

## **2.3. Momentos da pesquisa**

Embora o sujeito participante da pesquisa para conceder a entrevista foi uma moradora, porém, a pesquisadora achou interessante, importante e relevante que todos os moradores da comunidade estivessem presentes para que fossem escutados e participassem do primeiro momento da pesquisa. Desse modo, a pesquisa foi desenvolvida em dois momentos para que a pesquisadora pudesse mergulhar na memória de todos e buscar, nas profundezas, as lembranças. No primeiro momento, foi realizada uma roda de conversa com os moradores da comunidade, juntamente, com a participante que iria conceder entrevista no segundo momento da pesquisa, na qual, puderam conversar a vontade, livres e tranquilamente. Foi usada linguagem do dia a dia dos moradores, a qual, aconteceu espontaneamente, facilitou o entendimento e a compreensão de todos.

Nessa roda de conversa, foram pautados diversos e variados assuntos sobre a vivência dos moradores como educação, saúde, moradia, esporte, lazer, segurança, justiça social, direito a terra, sobre economia, meio ambiente e território. Todos os moradores presentes tiveram vez e voz como participantes da primeira fase da pesquisa, pois, falaram respeitando a hora de cada um e contribuíram com a pesquisa. Durante as falas, quando um deles ficavam na dúvida sobre algum fato, buscava apoio no outro, no coletivo para certificar-se e, ali, refletiam, discutiam, contradiziam, chegavam no consenso e concluía a sua fala. A pesquisa começou no período matutino, por volta de 8hoo da manhã e finalizou a noite.

No segundo momento da pesquisa, foi uma conversa somente com uma moradora que já estava apontada para conceder a entrevista. Para esse momento, foram usadas entrevista semiestruturadas sobre os assuntos pautados na primeira fase da pesquisa. Para o qual, a participante foi indagada sobre quais narrativas, vivenciadas na comunidade, ela poderia falar. Então, a participante respondeu que elaalaria sobre a educação escolar. Uma educação que foi implementada em uma classe multisseriada e diante dos desafios, dificuldades, problemas

estruturais e da falta de assistência pelo poder público, essa educação ensinou-lhe a ler e a escrever. A participante estava segura de si quando trazia as lembranças do seu tempo de criança frequentada em uma escola multisseriada. Ela trouxe a sua história de vida, vivência familiar, convivência com os parentes, falou da integração e interação na comunidade e da socialização dos conhecimentos e saberes coletivos.

#### **2.4. Escolha dos participantes**

Os participantes foram escolhidos no dia da conversa realizada na comunidade, á convite da pesquisadora. Para a primeira fase da pesquisa, os participantes escolhidos foram os moradores da comunidade, considerando a sua liderança, os seus conhecimentos, saberes, histórias, narrativas, vivências e memórias. Eles produzem ciência e criam mecanismos tecnológicos de sobrevivência. Esses, permeiam no meio e modo de produção, na medicina caseira, nas práticas religiosas e na “interrupção definitiva da vida”. Na segunda fase da pesquisa, a participante foi escolhida para conceder a entrevista porque ela tem a mesma identidade cultural, vivência e experiência dos participantes da primeira fase da pesquisa. No quilombo, ela também é liderança, professora, palestrante, pesquisadora, mestre em educação e doutoranda.

Dialogando com Alberti (2004), a escolha dos entrevistados, é em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa. A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim, à partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos.

#### **2.5. O contato com a comunidade**

O contato com a comunidade é fundamental e essencial antes de começar a realizar a pesquisa porque,

a inserção é o processo pelo qual o pesquisador procura atenuar a distância que o separa do grupo social com quem pretende trabalhar. Esta aproximação, que sempre exige paciência e honestidade, é a condição inicial necessária para que o percurso de pesquisa possa, de fato, ser realizado de dentro do grupo, com a participação de seus membros enquanto protagonistas e não simples objetos (Oliveira & Oliveira, 1984, p. 27).

A pesquisadora estabeleceu contato pessoal com a comunidade porque ela é moradora da comunidade, onde nasceu, foi criada e reside. Após a elaboração do projeto de pesquisa, a pesquisadora convidou os moradores da comunidade e dizia aos convidados que, na conversa, queria dar-lhes uma notícia. Ela marcou o dia, a hora e o local onde seria a conversa, respeitando as sugestões dos convidados. Então, ficou definido um dia de domingo, às 14h00, na residência de uma moradora, para que todos pudessem estar presentes. No dia da conversa, a pesquisadora informou aos moradores que estaria desenvolvendo um projeto de pesquisa na comunidade, cuja temática estava voltada para a Educação Escolar Quilombola com ênfase na escola multisseriada como serventia para a comunidade escolar quilombola porque ela fica incomodada, angustiada e inquieta-se com a desvalorização, com a não importância e invisibilidade da escola multisseriada na sociedade também, da sua exclusão pelo poder público e do fechamento dela na comunidade quilombola.

## 2.6. O lugar pesquisado

A pesquisa foi desenvolvida na comunidade remanescente de quilombo Tanque do Padre Pinhal, localizada na zona rural do município de Poconé-MT. Essa comunidade não está isolada porque ela faz parte das comunidades quilombolas do mundo. Faz parte dos quilombos no Brasil e do estado de Mato Grosso, principalmente, das 30 comunidades que remanescem dos quilombos no município de Poconé-MT, na região Centro-Oeste. No ano de 2005, a comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente dos quilombos. É uma comunidade, onde, os moradores têm costumes, crenças e tradições herdadas dos seus antepassados. Tais identidades foram internalizadas, apropriadas, preservadas, valorizadas e continua passando de uma geração para a outra.

Diante dessa potência comunitária, porém a comunidade é afetada por problemas sociais, econômica, ambiental, educacional e de saúde. Percebe-se que,

desde tempos imemoriais, a Filosofia, as religiões, os mitos, a arte e a poesia tem sido instrumento poderoso de conhecimento, desvendando lógicas profundas do inconsciente coletivo, da vida cotidiana e do destino humano. Das quais a ciência se diferencia porque tem o poder de dar respostas técnicas e tecnológicas aos problemas postos pelo desenvolvimento social e humano. Portanto a ciências tem como desafio e sem dar conta dar respostas e propostas efetivas a situação de pobreza, miséria, fome e violência (Minayo, 2013, pp. 35-36).

## 3. A educação escolar Quilombola: espaço de vida e resistência

A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade de ensino conquistada através do embate, do enfrentamento ocorrido no dia a dia pelos quilombolas. Ela é planejada na família, no parentesco e com os demais moradores na comunidade e no território, à partir da necessidade. O povo quilombola é sujeito de direito humano e social, por isso, reivindica e solicita os seus direitos na educação.

A vivência entre estudantes, familiares e moradores, instiga, estimula e motiva a população quilombola a lutar por uma educação de qualidade porque vivem um contexto educacional real, cujas ações implementadas na educação, são diferentes do que determina a legislação. Então, a educação escolarizada articulada com a educação quilombola fortalece a identidade cultural, dar visibilidade ao povo quilombola e sonoriza a sua voz.

Entretanto, para o quilombola, ingressar na escola, permanecer nela e concluí-la é um direito de todos. É um ato democrático, é exercer a cidadania. É formar-se como cidadão para o mundo da escrita, onde o estudante quilombola vai expor o seu pensamento, sua ideia e fazer intervenções orais e escritas. Assim, garantir a educação, é uma ideia que vai articulando, fortalecendo, esparramando, alastrando-se, ganhando dimensão até chegar ao gestor responsável.

Implementar a política educacional no quilombo é constitucional. É dever da união, do estado e do município. Tal implementação deve ofertar para a população quilombola o acesso as etapas de Educação Básica como: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; as modalidades de ensino como: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação Profissional Técnica de Nível Médio que forem demandados pela população e ao Ensino Superior Público.

Há uma resistência, da parte do governo para ofertar a Educação Infantil nas comunidades e territórios quilombolas. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, Art. 15,

a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, na qual se privilegiam práticas de cuidar e educar, é um direito das crianças dos povos quilombolas e obrigação de oferta pelo poder público para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, que deve ser garantida e realizada mediante o respeito às formas específicas de viver a infância, a identidade étnica- racial e as vivências socioculturais.

Do mesmo modo, há resistência também no Ensino Fundamental. Contrapondo ao Art. 17 das Diretrizes, onde “o Ensino Fundamental, direito humano, social e público subjetivo, aliado à ação educativa da família e da comunidade deve constituir-se em tempo e espaço dos educandos articulado ao direito à identidade étnico- racial, à valorização da diversidade e à igualdade”. Porém, a implementação dá-se sem pretensão de fortalecer a identidade étnica do estudante e seu lugar de vida.

O Ensino Médio no Art. 18 das Diretrizes, “é um direito social e dever do Estado na sua oferta pública e gratuita a todos, nos termos da Resolução CNE/CEB nº 2/2012”. Ainda que deverá proporcionar ao estudante conforme Art. 20:

I- participação em projetos de estudo e de trabalho e atividades pedagógicas que visem o conhecimento das dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura próprios das comunidades quilombolas, bem como da sociedade mais ampla;  
II- formação capaz de oportunizar o desenvolvimento das capacidades de análise e de tomada de decisões, resolução de problemas, flexibilidade, valorização dos conhecimentos tradicionais produzidos pelas suas comunidades e aprendizados de diversos conhecimentos necessários ao aprofundamento das suas interações com seu grupo de pertencimento.

Continua sendo um desafio para os quilombolas implantarem na comunidade. Muitos estudantes saem de sua comunidade para cursar o Ensino Médio em outra comunidade não quilombola ou até na cidade.

A Educação Especial de acordo com as Diretrizes no seu Art. 22:

é uma modalidade de ensino que visa assegurar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação o desenvolvimento das suas potencialidades socioeducacionais em todas as etapas e modalidades da Educação Básica nas escolas quilombolas e nas escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas.

Ainda é um sonho para os estudantes e para as famílias. O professor regente da sala de aula, atende a todos sem considerar a especificidade do estudante. Assim, o estudante que tem deficiência fica prejudicado no ensino aprendizagem.

## A Educação de Jovens e Adultos (EJA) caracteriza-se conforme Art. 23 das Diretrizes

como uma modalidade com proposta pedagógica flexível, tendo finalidades e funções específicas e tempo de duração definido, levando em consideração os conhecimentos das experiências de vida dos jovens e adultos, ligadas às vivências cotidianas individuais e coletivas, bem como ao mundo do trabalho.

Às vezes acontece sem considerar a vivência e realidade do estudante. Sabe-se que o estudante da EJA vem de uma jornada de trabalho diário, o ensino está ligado a outras realidades espaciais e temporais, vindo a contribuir com a evasão escolar do estudante.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio de acordo com o Art. 24 das Diretrizes “deve articular os princípios da formação ampla, sustentabilidade socioambiental e respeito à diversidade dos estudantes, considerando-se as formas de organização das comunidades quilombolas e suas diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais” ainda é uma realidade que os quilombolas querem vivenciar. A formação técnica é desejada, mas continua sendo reivindicado e solicitado ao gestor governamental para a sua implantação na Educação Escolar Quilombola.

Atender o povo quilombola não é somente com a oferta das etapas, modalidades e cursos técnicos profissionalizantes, nem com uma educação eurocêntrica, colonialista, imperialista e elitizada, determinada pelo sistema de ensino e aplicada de cima para baixo, á força. Consequentemente, essa educação não terá base e nem alicerces nas raízes culturais quilombola. A educação escolar quilombola deve ter e fazer sentido na e para a vida do quilombola. Ela deve ter serventia e respeitar a vivência dos estudantes, ser exercida dentro da sua realidade.

A educação escolar quilombola fundamenta, informa e alimenta-se:

...da memória coletiva; das línguas reminiscentes; dos marcos civilizatórios; das práticas culturais; das tecnologias e formas de produção do trabalho; dos acervos e repertórios orais; dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; da territorialidade.

conforme a resolução nº 08/2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Básica (CEB) que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Conforme os princípios das Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Escolar Quilombola, esta Educação preferencialmente deve acontecer com profissionais docentes, merendeiras, vigias, servidores gerais do próprio quilombo porque tais profissionais tem relação identitária, cultural, social, econômica, política e ambiental com os moradores e com a terra. Para esses, deve ser garantida a formação inicial, continuada e valorização a carreira.

Nas escolas, o currículo deve respeitar

aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades.

## O calendário escolar deve,

adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas, econômicas e socioculturais, a critério do respectivo sistema de ensino e do Projeto Político Pedagógico-PPP da escola, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB.

Por isso, o PPP deve ser elaborado com a participação da comunidade e considerando a realidade do quilombo.

A merenda escolar deve ser preparada de modo que contempla os hábitos e costumes alimentares da comunidade. O transporte deve ser acessível a todos e considerar o “Código Nacional de Trânsito”. A oferta das etapas e modalidades de ensino é de responsabilidade dos entes federativos estado, município e união, pois deve ser uma ação colaborativa.

É dever do gestor governamental, disponibilizar materiais didáticos pedagógicos e incentivar a comunidade produzir os seus livros, cartilhas e outros materiais de manuseios, dos quais, os conteúdos estão assentados na cultura quilombola. Construir escolas nas comunidades quilombolas com acessibilidades para os deficientes na sua especificidade. Porém, o poder público está fazendo o contrário e fechando as escolas que tem nas comunidades.

O Ensino Superior continua sendo uma luta constante dos quilombolas. Os estudantes terminam a Educação Básica, ficam sonhando com a sua formação profissional superior. Existem demandas de cursos superiores pelos quilombolas, mas as universidades públicas ainda atendem parcialmente.

Para Costa (2017, p. 54-55), “os estudantes que terminam Ensino Médio sonham em fazer um curso superior. Desejam ser profissionais nas diferentes áreas. Acreditam na sua potencialidade”. Os estudantes acreditam-se que, concluído o curso superior, encontrarão trabalho, voltarão para a sua comunidade para ajudar no desenvolvimento dela. Acreditam em ocupar espaço de poder.

Sendo assim, os jovens não ficam parados, eles saem da comunidade para trabalhar. Alguns tentam estudar na universidade particular e dificilmente concluem. Desse modo, contribuem para o esvaziamento da comunidade, envelhecimento da comunidade, porque permanecem no lugar, na comunidade as pessoas mais velhas. Segundo Müller et al.,

há um impacto no processo de escolarização das crianças e jovens pela ausência da segunda etapa do ensino fundamental e também do ensino médio, o que resulta no êxodo dos mais jovens em busca de continuidade dos estudos [...]. Quando terminam o Ensino Médio se ocupam ajudando a família e/ou deixam a comunidade à procura de trabalho. Mudam-se para outros lugares causando o esvaziamento e envelhecimento da comunidade (2016, p. 18),

Para Costa (2017, p. 54) “os moradores, vivenciando tal situação, são obrigados a sair de seus lugares com suas crianças, adolescentes e jovens para estudarem. Portanto a comunidade não desaparece, mas continuam na comunidade os mais velhos”.



Dos Santos diz que,

estimulado a falar de suas perspectivas, verificamos que o jovem tem seus sonhos, mas acordados nas suas necessidades físicas, frutos de inquietações provocadas pela necessidade de renda diante da falta de oportunidade de trabalho, seja na sua terra que carece de investimentos para concorrer no mercado através da comercialização de seus produtos ou mesmo na vizinhança. Revela-se também seus conflitos com relação às escolhas profissionais, pois não vê perspectiva nos estudos, ele pensa mesmo em trabalhar. Aquilo que sonhou em ser na infância fora abandonado quando se deu conta das limitações do povo de sua comunidade frente ao descaso do poder público (2016, pp. 104-105).

As reivindicações pelo ensino público para os quilombolas nascem, articulam e fortalecem no ambiente comunitário através da conversa, reunião e ampliada nos encontros de comunidades, chegam aos seminários, palestras, audiências e conferências públicas municipais, estaduais, regionais e nacionais.

Segundo Costa,

as comunidades que há muito tempo, sempre lutaram para ter escola, na atualidade ainda continuam na luta para que, as unidades escolares que as atendam, não sejam fechadas. Poucas escolas ainda estão funcionando. O fechamento dessas escolas tem sido uma atitude criminosa, trazendo como uma das consequências gravíssimas para a comunidade, o seu esvaziamento. Desse modo, os embates para manter as escolas funcionando tem intensificado cada vez mais. As escolas implantadas, na maioria das comunidades, funcionam com classe multisseriada (2017, p.53-54).

A luta pela educação escolar quilombola é de todos os quilombolas. Segundo Müller et al., (2016, p.20), “muitas lideranças quilombolas tem denunciado a falta de escola em vários quilombos, bem como estruturas escolares inadequadas, além da baixa qualificação dos profissionais, problemas com transporte escolar e currículo inadequado”.

Em alguma situação de discriminação e preconceito sofrida pelos estudantes, eles abandonam os estudos. Ainda Müller et al., (2016, p. 20), “são frequentes as denúncias que crianças e jovens dessas comunidades são discriminados, tendo negada a sua história, o que provoca processo de evasão e repetência escolar”.

Assegurar a educação escolar quilombola nas comunidades é preservar, valorizar, estudar e divulgar seus saberes. É fortalecer a identidade cultural e territorialidade. Fortalece o direito, o acesso e permanência na terra.

Para Monte Alto,

não se espera que as comunidades tradicionais permaneçam estáticas no tempo, alguns valores como a solidariedade, a efetividade e a cumplicidade são marcantes nas vidas dos povos que vivem no campo, e esses são valores humanos que merecem ser preservados, compartilhados e espriados para outros setores da sociedade (2012, p. 57).

#### **4. Quilombola quer estudar: então a sala multisseriada tem-lhe serventia**

Percebe-se que não existe outro modelo educacional que atenda as comunidades quilombolas de difícil acesso, onde o número de estudante é baixo e com diferente idade. Isso implica realizar matrícula de estudantes para forma turma diferente correspondendo a uma única série, ano ou fase.

Portanto, para que essa população não fique fora da escola, a comunidade escolar exige o atendimento multisseriado. O poder público está fechando as escolas multisseriadas nos quilombos. Deixando os estudantes sem acesso a educação. Os estudantes quilombolas estão saindo de sua comunidade para estudar em outra localidade e na cidade. Embora na condição precária que é implementada a educação multisseriada, para os quilombolas, essa educação tem sido o modelo de ensino que está servindo para as comunidades.

A educação multisseriada vista como um modelo de ensino falido por falta da atenção do Estado brasileiro, investimento do poder público e inclusão de políticas públicas, segundo a participante, está desqualificada na sociedade educacional. Porém, é necessário defender o direito dos estudantes. Eles devem receber o ensino aprendizagem na sua localidade. Sendo assim, a educação multisseriada que sempre foi ofertada. Então, acabar com a educação multisseriada na comunidade remanescente de quilombo sem ter outro modelo de ensino para os estudantes é uma injustiça, é um crime, é negar direito.

Segundo Druzian & Meurer:

Entretanto, a constituição dessas classes é formada como uma solução adotada em diferentes países, principalmente para permitir que a população do espaço rural tenha acesso a educação, já que a baixa densidade demográfica nas perspectivas áreas e o conseqüente baixo número de alunos inviabilizam a organização seriada, justificando a falta de criação de turmas voltadas ao atendimento de séries ou faixa etária específica, tornando-se uma imposição, muitas vezes vertical das políticas públicas. (2013, p. 133).

Embora a comunidade escolar reconheça que esse modelo de educação é um processo dificultoso e falido para o professor e para o estudante, ainda a educação se dá ao molde da escola urbana. É perceptível que não tem investimento do poder público para ofertar um ensino multisseriado de qualidade dentro da realidade onde ela está inserida. O poder público não contrata mais de 1 (um) professor para lecionar. Nem profissional para o serviço geral nas escolas multisseriadas. Então fica o único a(o) professora(or) responsável para fazer tudo.

Ainda Druzian & Meurer (2013), “apesar de ser necessidade, no meio rural, a multissérie ainda é uma extensão o paradigma da escola seriada urbanocêntrica, pois não possui um tratamento diferenciado. Trata-se de uma realidade ignorada, inclusive nas estatísticas sobre educação no país”.

O professor fica sobrecarregado. Quando o estudante termina os estudos tem que deixar a sua comunidade para continuar a segunda etapa do Ensino Fundamental. Segundo Costa,

o professor que deveria somente lecionar, torna-se multifuncional. Cada estudante, ao conclui a primeira etapa do Ensino Fundamental, terá de procurar outra escola mais próxima de sua comunidade, seja no campo ou na cidade, para continuar a segunda etapa do ensino fundamental e o ensino médio (2017, p. 54).

Infelizmente, o professor leciona, limpa o prédio, faz a merenda, lava as vasilhas, organiza o ambiente. Também dar assistências psicológica e social, quando fatores externos interferem, comprometem e atrapalham o desempenho dos estudantes na sala de aula e na família.

Falta formação inicial e continuada para os professores de modo que possibilita ele refletir como educador e formador de opinião. Compreende-se que as formações não trazem receitas prontas e acabadas. Então, para que o profissional da educação desenvolva suas habilidades e competências, ele deve ser ativo, participativo e flexível.

Estudar todos os dias, experimentar novos conhecimentos, ser democrático e não ter medo de errar. Ser um desafiador, inovador, aprender e recomeçar com os erros. Costa diz que:

Bem sabemos que a formação inicial não nos deixa prontos e acabados para enfrentarmos quaisquer situações em nossa trajetória docente e nem há qualquer possibilidade de que isso venha acontecer, visto que somos seres humanos, assim como os alunos e alunas com quem convivemos cotidianamente. Portanto, somos inacabados, razão porque nossa história se constrói continuamente. Nossa prática, nesse processo, não há como se dar de modo diferente. Por melhor que tenha sido nossa formação inicial, é a formação continuada que nos possibilita novos elementos na elaboração e reelaboração contínua de nossa prática (2011, p. 20).

Segundo a Diretriz a formação deve ser “inicial, continuada e profissional”. O Art. 49 determina que,

os sistemas de ensino, no âmbito da política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, deverão estimular a criação e implementação de programas de formação inicial de professores em licenciatura para atuação em escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas ou ainda em cursos magistério de nível médio na modalidade normal, de acordo com a necessidade das comunidades quilombolas (2012, pp. 41-45).

A formação continuada conforme o Art. 53, inciso I deve “ser assegurada pelos sistemas de ensino e suas instituições formadoras e compreendida como componente primordial da profissionalização docente e estratégia da continuidade do processo formativo, articulada à realidade das comunidades quilombolas e à formação inicial dos seus professores. Deve ser realizada por meio de cursos presenciais ou a distância, por meio de atividades formativas e cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização, bem como programas de mestrado ou doutorado”.

No Art. 55,

a profissionalização de professores será realizada, além da formação inicial e continuada, deve reconhecer e valorizar a carreira do magistério mediante acesso por concurso público, garantir remuneração compatível com sua formação e isonomia salarial, garantir condições dignas, justa, de trabalho e jornada nos termos da lei. Ter condições adequadas de alojamento, alimentação, material didático e de apoio pedagógico. Mediante regime de colaboração, o sistema de ensino pode construir residência docente.

Há precariedade de materiais didáticos e pedagógicos. Os materiais que tem não contemplam a realidade local. Existe estudante de baixa visão. As estradas estão em péssimas condições. O transporte escolar falta quando tem problemas mecânicos, quando o motorista não recebe salário e faz greve, também quando não tem combustível. Sendo assim, é uma dificuldade para os quilombolas frequentarem as aulas. Segundo Dos Santos:

[...]indicam problemas com transporte escolar precário ao longo dos anos, paralização por falta de pagamento de motorista e estrada em condições precárias; indisciplina dos colegas em sala de aula e problemas de aprendizagem, problema de visão, dificuldade de aprendizagem. (2016, p. 86).

Assim é a condição, situação e a realidade vivida pelos estudantes quilombolas. A educação multisseriada vive o descaso do poder público e a exclusão social e política. Para o poder público é viável fechar para conter gasto do que promover espaço de conversa e diálogo com a comunidade para escutar os anseios e atender as demandas reivindicadas. O poder público resiste discutir possíveis políticas públicas viáveis que servem para melhorar a educação multisseriada.

Diante dessas problemáticas que incomodam e angustiam os estudantes quilombolas e os demais moradores, tais fatores externos interferem no ensino e na aprendizagem. Porém, diante dessa vulnerabilidade, os estudantes da educação multisseriada continuam sonhando e acreditando em dias melhores. Se o governo responsável pela assistência nessa escola respeitasse e compreendesse o direito do quilombola, a educação multisseriada seria implementada com qualidade e acessível a todas/es/os.

## **5. Conclusão**

A escravidão deixou grave consequência para a população quilombola. A não identificação e o não reconhecimento da identidade cultural do povo quilombola pela sociedade e pelo estado brasileiro é uma agravante que reflete na educação escolar. Essa agravante traz consequência e reflete na delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos descendentes de escravizados.

Entendendo que a população quilombola foi protagonista na história do Brasil. Com sua vivência e experiências contribuiu na formação socioeconômico, político, cultural, ambiental e religioso desta nação. Fica compreendido que são sujeitos de direitos humanos e sociais. Através dos embates e enfrentamentos, alguns instrumentos legais foram criados e vem dando sustentações, de modo fragilizado, à vida da população quilombola.

Os quilombolas lutam constantemente para saírem da invisibilidade, da vulnerabilidade e para ter acesso à educação escolar quilombola. As comunidades quilombolas estão localizadas no campo e na cidade. As que estão no campo, no lugar de difícil acesso, seus moradores não podem ficar fora da escola. Lutam para o não fechamento das escolas multisseriadas nas comunidades e para ter um ensino de qualidade.

Os quilombolas necessitam de atendimento na educação, visto que, em algumas comunidades, a população é dispersa e não dar para formar turmas diferentes para a oferta. Embora a população reconheça a fragilidade do ensino na escola multisseriada, é injusto e criminoso o fechamento das escolas multisseriadas nos quilombos, visto que ela é o único meio para os quilombolas estudarem. Desse modo, nega o direito de acesso, permanência e conclusão do estudante quilombola na educação.

O poder público alega que não tem número de estudantes quilombolas e por isso fecham as escolas. Os estudantes são obrigados a saírem de sua comunidade para estudarem em outra localidade. Há estudantes que vão estudar nos bairros periféricos da cidade.

Espera-se que este artigo instrui, orienta e fortaleça os quilombolas nas suas lutas diárias, tanto individual, quanto no coletivo. Na perspectiva que o relato de experiência de Benedita Rosa seja lido, estudado, visibilizado na educação popular, na educação escolar e na educação superior. Que os escritos gritam e ecoam as diferentes e diversas vozes do povo quilombola. O som possa chegar aos lugares longes, distantes e ao poder público. Os relatos aqui sejam as reivindicações por política pública nas escolas multisseriadas ainda em funcionamento, com investimento nas estruturas dos prédios, materiais didáticos e pedagógicos, contratação de profissional para o serviço geral, atendimento psicológico, formação inicial e continuada para o professor.

A educação multisseriada não seja implementada no modelo da escola da cidade. Que o poder público tenha sensibilidade, uma escuta ativa, atenta da fala do povo quilombola e assista com uma educação que condiz na realidade local. Que o poder público não cometa ato criminoso, injusto e nega direito ao povo quilombola quando fecha a escola. Que o gestor governamental compreenda as escolas multisseriadas como espaço de vida, vivência, troca de experiência, de conhecimentos e de saberes. Que o gestor governamental crie, implante escola nas comunidades quilombolas.

Este artigo é interessante, importante e relevante para o povo quilombola porque reconhece, fortalece, valoriza a identidade cultural, é instrumento de luta individual e coletiva. Para a sociedade civil porque dar visibilidade e faz ecoar a voz do povo quilombola. Para a educação escolar porque mostra as dificuldades do povo quilombola para estudar, aponta caminho de como implementar políticas públicas na educação escolar no quilombo, respeitando a sua realidade. Para a educação popular porque serve de orientativo para fazer uma educação específica considerando a diversidade. Para a sociedade acadêmica porque serve de fontes bibliográficos, de estudos, para disseminar, democratizar os conhecimentos e saberes quilombolas.

Se o poder público investisse, priorizando mais a educação escolar quilombola que funciona na classe multisseriada, o ensino-aprendizagem seria diferente da realidade educacional vivida pelo estudante e educador. Do mesmo modo, se o poder público escutasse as reivindicações dos quilombolas, agisse junto com a comunidade e pensassem outra forma de atendimento que garante ao estudante e professor condição digna de ensino-aprendizagem, a população quilombola não estaria lutando para manter e criar escola multisseriada na sua comunidade.

## Referências

- Alberti, V. (2004). *Manual de história oral*. Ed. Ver. E atual.
- Becker, H. S. (1997). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. Editora Hucitec.
- Costa, B. R. (2017). *Comunidade Quilombola Tanque do Padre: Memórias, Narrativas e Vivências*, (Dissertação mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso.
- Costa, C. S. (2011). *Educação para as relações étnico-raciais: Planejamento escolar e literatura no Ensino Médio*. EdUFMT.
- Costa, C. S. (2011). *Reminiscências Africanas no Português do Brasil*. EdUFMT.
- Dos Santos, Z. F. (2016). *Situações Juvenis: Juventudes e Políticas Públicas no Quilombo Morrinho em Poconé- MT*. (Dissertação mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso.

- Druzian, F., & Meurer, A. (2013). Escola do campo multisseriada: experiência docente. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 17(2), 129-146. <https://doi.org/10.5902/2236499410777>
- Minayo, M. C. S. (2013). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.
- Monte Alto, R. L. (2012). *Saberes e fazeres quilombolas: diálogos com a educação do campo*. [Dissertação mestrado, Universidade de Uberaba]. Repositório institucional <http://dspace.uniube.br:8080/jspui/handle/123456789/797>
- Muller, M., Santos, A., & Moreira, N. (2016). Quilombos e quilombolas em Mato Grosso. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/As Negros/As*, 8(18), 07-24. <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/40>
- Oliveira, R. D., & Oliveira, M. D. (1984). Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In, C. R. Brandão (Org.). *Pesquisa participante*, (pp 17-33). Editora Brasiliense.
- Resolução Nº 8, de 20 de novembro, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, 2012.
- Silva, S. R. (2012, mayo 7-11). Quilombos no Brasil: a memória como forma de reivindicação da identidade e territorialidade negra. [Congresso] XII Coloquio Internacional de Geocrítica, Bogotá, Colombia. <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>.

---

#### AUTORA

**Benedita Rosa da Costa.** Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Maestra em Educação também pelo Universidade Federal de Mato Grosso.